

Juros altos são sinônimos de recessão e desemprego

Henrique Ramos Verano*

A recessão econômica enfrentada pelo Brasil atualmente é fruto, principalmente, das elevadas taxas de juros impostas ao setor produtivo em decorrência de dois fatores básicos: as restrições ao crescimento da economia decorrentes do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o crônico déficit do setor público, cujo vilão principal é o desequilíbrio das contas da Previdência Social. O incompreensível é que, mesmo com a taxa básica de juros tendo caído para 19,5% ao ano, a menor dos últimos quinze anos, o tomador final do dinheiro continua pagando taxas extorsivas, em alguns casos a escandalosos 150% anuais, quando a inflação anual está em 8%. Quem está ganhando com isso são os bancos e as financeiras, em detrimento da produção e das vendas internas.

Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, a equação utilizada foi taxas de juros elevadas para manter aqui os investidores estrangeiros de curtíssimo prazo e evitar a remarcação de preços, ou seja, manter a inflação sob estrito controle do Banco Central. Com a crise vivida pela Rússia em setembro do ano passado e a especulação financeira enfrentada pelo Brasil em plena campanha presidencial, o País viu-se às voltas com a ameaça de, literalmente, quebrar e pedir moratória aos credores internacionais.

Diante de um quadro agudo de crise e perda de credibilidade, o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, jogou os juros nas alturas. Situação semelhante aconteceu durante a

desastrada desvalorização cambial de janeiro deste ano, no qual, mais uma vez, os juros altos viraram a tábua de salvação do Brasil perante os investidores internacionais e o inferno para o setor produtivo.

Com a relativa estabilidade da moeda, após o pânico inicial provocado pela forma inconsistente e atabalhoada pela qual o Governo Federal promoveu a mudança no câmbio, foi possível uma redução gradual da taxa básica de juros, caindo de escandalosos 50% para algo como 19% ao ano. Aqui estamos falando da taxa primária dos juros. Na outra ponta, caso do crédito direto ao consumidor, as taxas de juros continuam assustadoras, algo como 150% ao ano. Com o custo do crédito di-

reto ao consumidor nas alturas, o resultado é o de sempre: queda nas vendas e menor produção industrial.

O mais recente debate instalado no País a respeito das taxas de juros enveredou por caminhos complicados. As instituições financeiras, com o respaldo velado do Banco Central, alegam que os juros cobrados ao setor produtivo e ao consumidor final continuam elevados devido ao aumento insuportável da inadimplência, fazendo com que o risco do banco seja cada vez maior. As coisas, porém, não são bem assim. Estudos recentes indicam que os 20 bancos nacionais cujos balanços já foram publicados este ano estão mantendo praticamente inalterado o volume de dinheiro dis-

ponível para os empréstimos: R\$ 257,3 bilhões, apenas 1,9% superior a 1998.

A questão da inadimplência, principal argumento utilizado para a manutenção das elevadas taxas de juros, também parece não justificar tanto barulho. O Presidente Fernando Henrique já classificou o argumento como "uma conversa mole", inadmissível. E é verdade, ou os bancos tão competentes para obterem lucros cada vez maiores iriam emprestar dinheiro a inadimplentes, a quem não lhes dá qualquer garantia? É uma conversa para boi dormir.

O nível de inadimplência bancária cresceu apenas residualmente nos últimos doze meses. Era de 3,06% no primeiro semestre do ano passado e ficou em 3,78% nos primeiros seis meses de 1999. Na verdade, os bancos estão adotando uma estratégia sufocante para o setor produtivo: emprestando cada vez menos dinheiro, com taxas de juros crescentes.

Assim é que a redução da Taxa Básica de Juros que vem sendo promovida pelo Banco Central não chega à ponta do sistema, não beneficia o industrial, o comerciante e nem o consumidor final. Qual o resultado visível dessa situação? A resposta é menos crescimento econômico e mais desemprego. A verdade é que o Brasil está amarrado ao crônico déficit das contas públicas e o presidente Fernando Henrique, infelizmente, não dispõe hoje de apoio suficiente da sua base de sustentação política no Congresso para aprofundar as reformas da Previdência, Tributária e Política.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o oitavo do mundo, deve apresentar um

crescimento insignificante ao final deste ano, 1%. Ocorre que todos os estudos disponíveis indicam que para garantir o nível de emprego e a melhoria da renda nacional o País teria de crescer algo como 7 a 8% ao ano, metas inatingíveis no momento devido às limitações fiscais do setor público. Alertado para os baixos índices de popularidade e pressionado pelas lideranças políticas e empresariais, o presidente Fernando Henrique parece disposto a tomar medidas pontuais que permitam amenizar a crise e incrementar a produção industrial, reduzir os índices de desemprego e melhorar a renda disponível. É o que se espera.

Com essas medidas, ainda

na fase de estudos, as taxas de juros para as micros, pequenas e médias empresas serão especiais, através de linhas de crédito diferenciadas do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas os juros do crédito direto ao consumidor continuarão atrelados aos humores do mercado financeiro, aos níveis de inadimplência e ao menor ou maior grau de desequilíbrio fiscal. O Governo Federal, acuado por tantos problemas provocados pela dura recessão, parece ter acordado e começado a pensar na retomada sustentada do crescimento.

*Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal

